

APRESENTAÇÃO

A reforma do Estado tornou-se um tema central nos anos 90. Diante da crise endógena do Estado e do desafio representado pela globalização, que limitava a autonomia dos Estados nacionais, economistas e cientistas políticos passaram a analisar as causas e a natureza da reforma institucional em curso, cujo objetivo seria, para uns, reduzir o Estado ao mínimo, para outros, reconstruí-lo para que possa fazer frente às novas realidades do mercado global.

Os membros do Conselho da Reforma do Estado, órgão assessor da Presidência da República do Brasil formado por personalidades da sociedade civil sem vínculo com o Estado, entenderam que este tema era relevante, mas que estava lhe faltando uma dimensão fundamental: a social. Se o Estado está em transformação, dada a crise pela qual passou e dado o desafio representado pela globalização, também a sociedade se transforma aceleradamente neste fim de século. Nestes termos, quais as relações entre os dois fenômenos? A sociedade civil continua a ser o objeto da regulação empreendida pelo Estado, ou está se transformando em agente da reforma do Estado? Nesse processo, qual a importância da *statecraft*, ou seja, da visão e competência dos reformadores? Está claro que um novo contrato social está sendo negociado. Quais as opções básicas com que se defrontam Estado e sociedade? Na era da informação, pode-se pensar em um Estado-Rede? Como sobreviverá o Estado diante das ameaças representadas pelo neoliberalismo? E como poderá ele tornar a ser parte de um pacto voltado para o desenvolvimento? Será preciso para isto uma reinvenção solidária e participativa do Estado, ou poderemos continuar a avançar no sentido do individualismo e da exclusão? Quem são os atores da mudança? As elites? Uma sociedade civil entendida de forma ampla, ou uma sociedade civil reduzida ao Terceiro Setor? E o que é necessário defender? Se o século XX foi o século da tecnologia e da violência, foi

também o da democracia: logo, como avançar na afirmação dos direitos de cidadania? Além de defender o cidadão contra um Estado poderoso, afirmando os direitos civis especialmente dos pobres e das minorias, não estará na hora de defender o Estado contra sua captura por interesses particulares, ou seja, afirmar o direito republicano que cada cidadão tem de que a *res publica* seja utilizada de forma pública? E, nesse processo, não será necessário retomar a luta pelos direitos sociais, que foram enfraquecidos pela crise do Estado e pelo avanço do credo neoliberal?

Estas são algumas perguntas que os ensaios presentes neste livro procuram responder. Estes ensaios foram apresentados ao seminário “Reforma do Estado e Sociedade”, organizado pelo Conselho da Reforma do Estado e pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado em São Paulo, entre 16 e 18 de maio de 1998. Os trabalhos teóricos são predominantes, mas há também estudos de caso, que ilustram com rara felicidade as transformações em curso.

Além da alentada Introdução, na qual os três organizadores do seminário apresentam sua visão geral do problema, a partir, inclusive, dos trabalhos apresentados, o livro está dividido em três partes.

Na primeira parte, “Negociando um novo contrato social”, os autores discutem temas como a atual transição histórica e as opções institucionais com que se depara a sociedade, o impacto da globalização e da era da informação no Estado, a tensão ideológica representada pelo neoliberalismo, a tendência à formação de parcerias entre Estado e sociedade, e as condições para o surgimento de um novo pacto social, nos quadros de uma reinvenção solidária e participativa do Estado.

E em relação aos atores da renegociação, há uma tendência, em diversos trabalhos que fazem parte deste livro, a vê-los como uma alternativa entre o Estado e o mercado. Na verdade, como é colocado em um dos textos da Introdução, Estado e mercado estão lado a lado quando se trata de examinar os mecanismos de coordenação da economia. Quando, entretanto, se trata de examinar a composição de um Estado nacional ou país e os diversos papéis representados por entidades sociais, podemos vê-lo como composto do Estado e da sociedade, cujo aspecto político é a sociedade civil. É necessário, portanto, distinguir o Estado-Nação, enquanto entidade política nacional, do Estado que é sua instituição e a organização principal ao lado da sociedade civil. No que concerne à sociedade, os trabalhos deste livro enfatizam, em especial, o Terceiro Setor, constituído por entidades sem fins lucrativos e organizações de serviço, como escolas ou hospitais; por entidades de representação de interesse, como os sindicatos, e por organizações de controle social, como as ONGs. Conclui esta primeira parte um texto propondo a reinvenção do Estado.

Na segunda parte, “Em defesa do cidadão”, o problema do judiciário é o mais abrangente da democracia e da cidadania, é central para definir a relação Estado–sociedade. Um Estado é democrático na medida em que a sociedade é nele devidamente representada, na medida em os direitos de cidadania são garantidos. Em países em desenvolvimento, nos quais a democracia não está ainda consolidada, os direitos clássicos de cidadania – direitos civis e políticos – são formalmente garantidos, mas são efetivos apenas para os ricos. Em relação aos pobres, não apenas seus direitos sociais são precariamente afirmados, também seus direitos civis e políticos estão sendo continuamente desrespeitados. Por outro lado, um novo direito de cidadania está surgindo – o direito à *res publica*. Este é o direito que cada cidadão tem, o de que o patrimônio público seja utilizado no interesse geral, em vez de ser capturado por interesses particulares de grupos envolvidos em um incansável esforço de *rent-seeking*, ou seja, de busca de rendas monopolistas derivadas do controle do Estado.

Finalmente, na terceira parte, “Estudos de caso”, são enfatizadas a participação e a parceria na realização de serviços e no controle social, por iniciativas de entidades públicas não-estatais do terceiro setor. As experiências abrangem um número variado de países, como o Brasil, a Itália, os Estados Unidos e os países escandinavos.

Esperamos que com este livro estejamos oferecendo uma contribuição para o entendimento das relações entre Estado e sociedade neste fim de século. Relações que estão mudando de natureza, na medida em que, de uma forma ou de outra, a democracia tem avançado em todo o mundo. Quando isto acontece, o Estado e suas elites deixam de ser os atores privilegiados, se não únicos da história, enquanto cresce o papel da sociedade civil, que deixa de ser apenas o objeto de regulação do Estado para ser também o agente de sua reforma.

O seminário que deu origem a este livro foi coordenado por um dos membros do Conselho da Reforma do Estado, Jorge Wilhelm, que é também um de seus organizadores. Nesta oportunidade, queremos agradecer aos administradores que, no Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, o ajudaram na coordenação do evento: Carlos Pimenta, Ariane R. Pinho e Francisca C. Moraes. Agradecemos também a Letícia Schwarz e Frederico Carelli Brito, que tiveram um papel decisivo em providenciar as traduções, rever os textos, e nos ajudar a organizar o livro.